

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# Psicologia:

Formação profissional, desenvolvimento e trabalho



Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# Psicologia:

Formação profissional, desenvolvimento e trabalho



Atena  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Psicologia: formação profissional, desenvolvimento e trabalho

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: formação profissional, desenvolvimento e trabalho / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0635-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.358220410>

1. Psicologia. 2. Consciência. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

São 14, os artigos que compõem esta edição da coletânea, *Psicologia: Formação profissional, desenvolvimento e trabalho*, voltada para pensar a construção e o cotidiano do trabalho do profissional da Psicologia.

A história da disciplina no Brasil remonta à meados do século XIX, mas enquanto profissão é conquistada apenas nos meados do século XX, como resultado dos movimentos de construção de sociedades de Psicologia com a Sociedade de Psicologia de São Paulo (1940), da criação do curso de graduação em Psicologia pela PUC-RJ (1953), da regulamentação da profissão (1964) e instalação do sistema Conselho (1973, 1974).

Desde a década de 70 houve inúmeras conquistas quanto à aplicação da Psicologia em diversos setores como saúde, educação, comunidade, empresas, e se mantém a expansão para os mais variados seguimentos.

Os artigos que compõem esta coletânea apontam para algumas delas, mas não conseguem esgotar a amplitude. No entanto, mesmo com a diversidade manifesta, lutas ainda são necessárias para que haja melhorias e até mesmo para a manutenção do que já foi conquistado.

Para além da luta, uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O PERCURSO DA CONSTITUIÇÃO DA PSICOSE: UM ESTUDO PSICANALÍTICO EM FREUD E LACAN

Julia Reis Lousao

Ligia Gama e Silva Furtado de Mendonça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204101>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA-JUNGUIANA NO PROCESSO DE LUTO POR MORTE

Michel Cleiton Andersson Daversa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204102>

### **CAPÍTULO 3..... 26**

A DESSINCRONIZAÇÃO DO TEMPO NA DEPRESSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS DEPRESSÕES E A TEMPORALIDADE EM UMA PERSPECTIVA SARTRIANA

Ana Carolina Besen de Souza

Zuleica Pretto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204103>

### **CAPÍTULO 4..... 41**

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SEXUALIDADE DA PESSOA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Heloisa Leal Carvalho Muller

Lisandra Marques de Oliveira

Cláudia Ramos de Souza Bonfim

Gabriely dos Santos Amadeu

Bianca Vitória Silva Albonetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204104>

### **CAPÍTULO 5..... 54**

PSICOLOGIA E LITERATURA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Alexandre Collares Baiocchi

Camila Macenhan

Rodrigo Batista de Almeida

Arlete da Conceição Otto de Camargo

João Victor de Oliveira

Stefani Pacheco Skodowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204105>

### **CAPÍTULO 6..... 67**

ANARQUISMO E A PSIQUE HUMANA: UMA REFLEXÃO

Rodolfo Pereira de Borba

Daniela Viganó Zanoti-Jeronymo

Eliane Apararecida Haas Soares  
Marília Daniella M.A. Cavalcante  
Eliane Pedrozo de Morães  
Tatiana da Silva Melo Malaquias  
Dannyele Cristina da Silva  
Paula Regina Jensen  
Elisabeth Nascimento Lira  
Raphaella Rosa Horst Massuqueto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204106>

**CAPÍTULO 7..... 73**

**INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA VIDA DE UM PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS**

Fernando Rodrigo dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204107>

**CAPÍTULO 8..... 84**

**FORMAÇÃO CONTINUADA E SAÚDE MENTAL: A ANÁLISE DE UM PROGRAMA FORMATIVO EM MANAUS**

João Raimundo dos Santos Silva Júnior

Maria Inez Pereira Alcântara

Neudimar Ferreira Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204108>

**CAPÍTULO 9..... 97**

**O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO ACOLHIMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO CAUSADO PELA PANDEMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA**

Francisca Iranete da Silva Ferreira

Mayra Serley Barreto de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3582204109>

**CAPÍTULO 10..... 111**

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Julianna Maria Fernandes Coêlho

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35822041010>

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

**QUESTIONÁRIO DE BULLYING DE OLWEUS VERSÃO VÍTIMA E VERSÃO AGRESSOR PARA ADOLESCENTES BRASILEIROS**

Simone Thais Vizini

Telma da Silva Machado

Adriana Maria Alexandre Henriques

Paulo Renato Vieira Alves

Ana Paula Narcizo Carcuchinski

Morgana Morbach Borges

Márcio Josué Träsel  
Denise Oliveira D'Avila  
Flávia Giendruczak da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35822041011>

**CAPÍTULO 12..... 138**

**GAMETERAPIA COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA**

Sandra Maria Ponte  
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli  
Adriana Cavalcante da Silva  
Audeluze Maria Araújo Victor de Mendonça Lopes  
Elizabeth Calheiros Borges  
Isaac Assunção Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35822041012>

**CAPÍTULO 13..... 154**

**O USO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (PSICOSSOCIAL) NO CONTEXTO DAS  
NORMAS REGULAMENTADORAS: FISCALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO  
BRASILEIRO NAS ORGANIZAÇÕES**

Gilza Iale Camelo da Cunha Lopes  
Antônio Robson Nogueira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35822041013>

**CAPÍTULO 14..... 169**

**A DISFORIA DE GÊNERO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR**

Clariana Claro  
Sabrina Cúnico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35822041014>

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 177**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 178**

## FORMAÇÃO CONTINUADA E SAÚDE MENTAL: A ANÁLISE DE UM PROGRAMA FORMATIVO EM MANAUS

*Data de aceite: 03/10/2022*

### **João Raimundo dos Santos Silva Júnior**

Secretaria Municipal de Educação  
Manaus-Amazonas  
<https://orcid.org/0000-0002-9019-2338>

### **Maria Inez Pereira Alcântara**

Secretaria Municipal de Educação  
Manaus-Amazonas  
<https://orcid.org/0000-0003-0544-5511>

### **Neudimar Ferreira Pacheco**

Secretaria Municipal de Educação  
Manaus-Amazonas  
<https://orcid.org/0000-0002-1152-3232>

**RESUMO:** O adoecimento dos profissionais da educação básica tem afetado a disponibilidade e a qualidade do processo educativo a população estudantil em nosso país. Na tentativa de minimizar seus efeitos a Secretaria Municipal de Educação de Manaus implantou o Programa Saúde Mental do Servidor, que realizava ações (in)formativas dentro de um enfoque de promoção e prevenção da saúde, sendo: cursos formativos, atendimentos psicossociais de emergência, campanhas mensais de sensibilização e a produção/difusão de materiais educativos. A partir desse contexto surgiu o interesse de compartilhar essa prática por meio de um relato de experiência, norteado por uma análise qualitativa, acompanhada de uma abordagem descritiva das informações obtidas por intermédio das anotações dos estudos dirigidos, registros de observações e formulários

avaliativos. Os resultados alcançados indicavam que os participantes aprovavam a existência do programa, achavam suas atividades necessárias, as quais tinham uma metodologia adequada, seus materiais de apoio eram acessíveis e suas informações tinham embasamentos científicos. Portanto, a iniciativa se configurava em uma ação inovadora, pois utilizava a formação continuada para intervir na realidade patogênica encarada pelos funcionários da instituição educacional supracitada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde mental; formação continuada; saúde do trabalhador; qualificação permanente; formação de professores.

### CONTINUING EDUCATION AND MENTAL HEALTH: THE ANALYSIS OF A TRAINING PROGRAM IN MANAUS

**ABSTRACT:** The illness of basic education professionals has affected the availability and quality of the educational process for the student population in our country. In an attempt to minimize its effects, the Municipal Department of Education of Manaus implemented the Programa Saúde Mental do Servidor, which carried out (in)formative actions within a focus of health promotion and prevention, including: training courses, emergency psychosocial care, campaigns monthly awareness raising and the production/dissemination of educational materials. From this context, the interest in sharing this practice emerged through an experience report, guided by a qualitative analysis, accompanied by a descriptive approach of the information obtained through the notes of the directed studies, observation records and

evaluation forms. The results achieved indicated that the participants approved the existence of the program, found its activities necessary, which had an adequate methodology, its support materials were accessible and its information had scientific basis. Therefore, the initiative was an innovative action, as it used continuing education to intervene in the pathogenic reality faced by the employees of the aforementioned educational institution.

**KEYWORDS:** Mental health; continuing education; worker's health, permanent qualification; teacher training.

## 1 | AS IDEIAS PRELIMINARES

O período contemporâneo é caracterizado pela constante inovação tecnológica e midiática, velocidade no compartilhamento das informações, intensificação das relações humanas e a consolidação do sistema socioeconômico capitalista. Esses aspectos colaboraram para as inúmeras transformações ocorridas na vida em sociedade, especialmente no mundo do trabalho, como: a emergência de novos campos de atuação, o surgimento contínuo de espectros profissionais, a reconfiguração frequente da jornada de trabalho, a pulverização salarial acentuada e as alterações nas relações e condições de trabalho. Dessa forma, o trabalhador teve sua vida severamente afetada pelas mudanças nas atividades laborais e no desenvolvimento da carreira profissional.

Esse contexto sócio-histórico-cultural constantemente reconfigura a dinâmica da rotina cotidiana da camada trabalhadora. Por um lado, a disputa por uma vaga de trabalho tornou-se mais acirrada e mantê-la exige sucessivas negociações acompanhadas por enormes sacrifícios e inúmeras renúncias do funcionário. Por outro, essa situação impusera ao trabalhador a redução do tempo para investir em seu bem-estar pessoal e familiar, inclusive de cuidar de sua própria saúde. Consequentemente, esses elementos constituem um conjunto de fatores desencadeantes do adoecimento físico e mental da classe operária (PENTEADO & SOUZA NETO, 2019). Dessa maneira, causando prejuízos tanto para os profissionais quanto para as instituições empregadoras.

No Brasil, a preocupação com o bem-estar físico do trabalhador foi impulsionada pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pelo Decreto nº 5.452, de 1943, que reuniu os direitos e os deveres do empregado e do empregador; a Constituição Federal do Brasil (CFB), de 1988, que atribuiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) os serviços de assistência à saúde ao trabalhador; o Decreto nº 3.048/99, regulamentou a seguridade social do contratado; a Portaria nº 1.339/99, listou as doenças do trabalho e a Portaria nº 1.679/02, que estruturou a RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador) e demais leis complementares. Desse modo, historicamente essas ações contribuíram para medidas voltadas ao cuidado com a saúde da camada trabalhadora.

No início, as ações preventivas de saúde do trabalhador estavam direcionadas somente a dimensão física, vislumbrando evitar a instalação de quadros patológicos, como: tendinite, bursite, dores na coluna cervical e outros, que frequentemente acometiam os

trabalhadores. Essas iniciativas foram ampliadas com a incorporação plena do conceito de Saúde criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, “como um estado de completo bem-estar físico, social e mental, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, sendo assim, os aspectos psicológicos foram inseridos a Política Nacional de Saúde do Trabalhador. Por esta razão, os profissionais com doenças psicopatológicas causadas por suas atividades ocupacionais puderam usufruir de tratamento especializado.

Esse contexto patogênico também atinge os profissionais da educação básica, como evidenciam os estudos realizados por Diehl & Marin (2016); Tostes, Albuquerque, Silva & Petterle (2018); Moreira & Rodrigues (2018); Penteadó & Souza Neto (2019); e Araújo, Pinho & Masson (2019). O adoecimento desses trabalhadores ameaça a qualidade do serviço educativo executado pelas escolas à população estudantil. Por um lado, ocorre a diminuição da motivação, proatividade e produtividade do servidor em seu ambiente de trabalho. Por outro, sucede o aumento do índice de absenteísmo e/ou de licença médica para o tratamento médico-psicológico, suscitando ônus financeiros as instituições educacionais públicas e privadas. Portanto, tornou-se imprescindível intervir nessa realidade mórbida.

Além disso, a pandemia de Covid-19 suscitada pela contaminação das pessoas pelo vírus Sars-CoV-2 e suas variantes pelo mundo acentuou o adoecimento mental. Por consequência, a OMS vem alertando aos países quanto a adoção de estratégias de combate a propagação e/ou agravamento dos transtornos psicológicos na população, principalmente na camada trabalhadora, sendo desencadeado pelo longo período de distanciamento e isolamento social, insegurança de contaminação no local de trabalho, medo de desenvolver quadros graves da doença e outros. Nesse contexto, emergia a necessidade de o governo brasileiro fomentar ações preventivas e profiláticas na tentativa de evitar ou minimizar as consequências desastrosas e nefastas na sociedade.

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED/MAO), por intermédio de sua Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM) propôs a promoção da saúde mental aos seus servidores por meio da formação continuada, que é contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, e pelo Plano Municipal de Educação de Manaus (PME), Lei nº 2.000, de 2015, consistindo no acesso dos trabalhadores da educação básica a eventos de natureza acadêmico-científicos e/ou cursos de curta duração, aperfeiçoamento, *lato e stricto sensu*, no âmbito educacional, em instituições nacionais ou estrangeiras.

Neste sentido foi implantado o Programa Saúde Mental do Servidor (PSMS), iniciando suas atividades como projeto piloto em março de 2021, com a realização de palestras ao professorado, na modalidade online sobre os: transtornos depressivos, quadros de ansiedade, luto normal e complicado, transtorno do estresse pós-traumático e os aspectos motivacionais na educação. A escolha dos temas ocorreu a partir da análise do contexto pandêmico e do relatório estatístico anual da Gerência do Desenvolvimento

do Servidor (GDS), sobre as patologias que mais acometiam os funcionários da Semed Manaus. Dessa forma, a iniciativa se revelou adequada para suscitar reflexões no corpo docente acerca das causas, sintomas e tratamentos das psicopatologias que interferem em seu bem-estar.

Atualmente, o programa passou por reconfigurações em suas concepções teóricas e práticas. Nesse sentido, ele assumiu o objetivo de promover ações (in)formativas inerentes ao bem-estar físico, social e psicológico dos trabalhadores que interfere em sua relação consigo, com a escola e com a comunidade educativa, vislumbrando a melhoria no atendimento escolar e na qualidade do processo educativo ofertado a população estudantil na rede pública municipal de ensino de Manaus. Para isso, desenvolve quatro ações independentes, mas complementares: cursos formativos, atendimentos psicossociais de emergência, campanhas mensais de sensibilização e a produção/difusão de materiais educativos. Portanto, se constitui em uma ação interventiva direcionada a promoção e prevenção da saúde do servidor.

A partir desse contexto manauara emergiu o interesse em compartilhar essa atividade formativa. Para tanto, elaboramos esse relato de experiência, guiado pelo enfoque descritivo, sendo as informações analisadas a partir da epistemologia qualitativa, as quais foram produzidas pelas anotações dos estudos dirigidos dos idealizadores do programa, dos registros da observação participante e do formulário google aplicado aos cursistas, durante as formações, no período de março de 2021 a julho de 2022 (GIL, 2017). Ademais, os interventores resguardaram as orientações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde acerca de estudo envolvendo seres humanos, em nosso caso, os funcionários da Secretaria acima mencionada. Desse modo, foi assegurado o rigor técnico, científico e ético na elaboração deste trabalho.

O *corpus* de dados foi submetido ao método análise de conteúdo esboçado por Franco (2012), procedendo em três fases sequenciais: a pré-análise, na qual realizamos a organização das informações produzidas, que viabilizou a sua leitura flutuante e crítica; a exploração do material, que oportunizou a ordenação dos informes em grupo de acordo com as ações (in) formativas do PSMS; e o tratamento dos resultados e interpretação analítica, momento que os agrupamentos foram analisados a partir da literatura das áreas de saúde do trabalhador, formação de professores e saúde mental. Sendo assim, os achados encontrados foram relatados e expostos neste trabalho, com uma linguagem simples e objetiva.

## **2 | O CUIDADO COM A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR**

A partir do século XIX, os sindicatos e as entidades de classe alarmavam sobre o adoecimento da camada trabalhadora, sobretudo a industriária-urbana. Esses grupos alegavam que os trabalhadores estavam desenvolvendo doenças físicas e mentais

inerentes as suas atividades profissionais, e que essa situação impactava negativamente na produtividade e lucratividade industrial. Na perspectiva de atenuar os quadros de enfermidade da mão-de-obra e evitar prejuízos a sua economia, alguns países ocidentais instituíram leis, regulamentações e normatizações específicas para suprir com as demandas da classe operária. Dessa maneira, incidiu a promoção da saúde do trabalhador, visando seu bem-estar e sua qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No Brasil, essa situação foi fomentada quando sancionada a CLT, pelo Decreto nº 5.452, de 01 de maio de 1943, que regulamentou os direitos e os deveres entre o empregado e o empregador, consistindo no: regime de trabalho, remuneração salarial, condições de trabalho, férias, décimo terceiro e outros mecanismos legais (BRASIL, 1943). A partir desse marco regulamentador, as políticas públicas e os programas de governos puderam ser elaborados e implementados na tentativa de suprir com as reivindicações dos trabalhadores, especialmente no que concerne à saúde. Desse modo, gradativamente o trabalhador passou a ser alvo das ações preventivas pelas empresas para inibir ou minimizar o desenvolvimento de uma variedade de patologias advindas de suas atividades ocupacionais.

Com a promulgação da CFB, de 1988, em seu Artigo 200, atribui ao SUS dentre outras responsabilidades a de garantir o acesso aos serviços de assistência à saúde a população em geral, inclusive ao trabalhador. Nesse sentido, leis complementares foram instituídas como: Lei nº 8.080/90 definiu as condições para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do trabalhador; Decreto nº 3.048/99, que assegurou o direito a saúde, a previdência e a assistência social aos trabalhadores; a Portaria nº 1.339/99, que listou as doenças ocasionadas pelo trabalho e a Portaria nº 1.679/02, que estruturou a RENAST e outras. Dessa forma, uma série de medidas foram adotadas para suscitar uma rede integrada de ações voltadas a saúde do trabalhador.

Nessa direção foi implantada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), Decreto nº 7.602/11, que se configura em um programa de prevenção de acidentes de trabalho e danos à saúde do trabalhador e deve ser implementado e revisado periodicamente pelas entidades empregadoras fixadas em nosso país, o qual colabora para o enfrentamento ao adoecimento da classe operária. Pois, a iniciativa visa o bem-estar físico, social e psicológico e a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, buscando eliminar ou reduzir os riscos nos ambientes de trabalho, inclusive nas unidades de ensino, tanto da rede pública quanto da rede privada. Contudo, a maioria das secretarias educacionais brasileiras ainda necessitam implantar tal programa em sua plenitude.

A consolidação dos cuidados direcionados ao bem-estar da pluralidade das categorias de trabalhadores ocorreu com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST), estabelecida pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, que fixou os princípios, as diretrizes e as estratégias de atendimento do SUS voltados a saúde integral do trabalhador. Sendo assim, no

Art. 3º Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política (BRASIL, 2012).

A saúde do trabalhador é essencial para que ele possa executar suas atividades profissionais com maior eficiência, dedicação e produtividade. Mas, essa realidade torna-se viável quando as empresas cuidam da saúde do seu colaborador independente do sexo, identidade de gênero, camada social, raça/etnia e doutrina religiosa. Na contemporaneidade, a dimensão psicológica vem sendo foco de ações interventivas, pois o adoecimento mental tem causado enormes prejuízos às instituições empresariais dos diferentes setores da economia, inclusive no âmbito educacional (DIEHL & MARIN, 2016). Sendo, portanto, necessário tomar medidas de prevenção e promoção à saúde no ambiente de trabalho para amenizar os seus impactos sociais e financeiros.

À vista disso, vários programas e projetos foram desenvolvidos por instituições aos seus trabalhadores. Comumente, eles pautavam suas ações considerando o conceito de saúde mental criado pela OMS (1946) que “é um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de fazer contribuições à sua comunidade” e o contexto sócio-histórico-cultural em que esses indivíduos estão inseridos. Dessa maneira, a abordagem não se limita somente aos quadros patológicos, mas sim, busca suscitar no funcionário seu protagonismo e autonomia na gestão de suas dimensões humanas para manter seu equilíbrio emocional durante as diferentes etapas do ciclo da vida.

Desde a antiguidade, a saúde mental foi motivo de curiosidade e intervenção por parte de estudiosos orientais e ocidentais. No século V a.C, na Grécia, o médico Hipócrates de Cós, fundamentado em seus estudos apregoava que o registro acurado das observações dos sintomas manifestado pelo indivíduo, possibilitava a prescrição de seu tratamento e a sua eventual cura (FREIRE, 2012). Hoje, essa concepção orienta a avaliação diagnóstica de uma pessoa ou grupo, efetivada por um profissional da saúde, e viabiliza a tomada de decisão quanto a escolha da melhor estratégia para o seu tratamento. Contudo, esse pressuposto favorece a probabilidade da realização de um trabalho de excelência e bem-sucedido diante da variedade de doenças que assolam o ser humano.

Historicamente, os indivíduos acometidos por alguma enfermidade psicológica eram excluídos da sociedade, muitas vezes, sendo encarcerados em instituições psiquiátricas (FOUCAULT, 1978). O avanço científico viabilizou o aparecimento de inúmeras teorias que explicam as causas e os sintomas da maioria das doenças e/ou síndromes, assim como, favoreceu o desenvolvimento de vários tipos de tratamento, desde o medicamentoso (psiquiatria/neurologia) até o psicoterapêutico (psicologia), sendo muitas vezes, auxiliados por outros, como: terapia alimentar (nutrição), prática de atividade física (educação

física), atividades terapêuticas (terapia ocupacional), uso de ervas e plantas medicinais (fitoterapia). Dessa maneira, a pessoa enferma pode ter o seu tratamento acompanhado por uma equipe multiprofissional.

Atualmente, a saúde mental é reconhecida por ser um campo de atuação interdisciplinar constituído por uma variedade de conhecimentos e práticas advindas das distintas áreas científicas, como: medicina, psiquiatria, neurologia, psicologia, enfermagem, nutrição, educação física, terapia ocupacional e outras. Ela consiste no desenvolvimento e realização de procedimentos e estratégias simples ou complexas nos diferentes níveis hierárquicos de atendimento à saúde, seja em sua prevenção e promoção, no tratamento da patologia e na reabilitação da pessoa. Desse modo, se configura como uma ação propícia para estimular o bem-estar físico, social e mental do indivíduo.

A Semed Manaus ao apoiar a promoção da saúde mental aos trabalhadores da educação básica utiliza como estratégia a formação continuada preconizada pela LDBEN, Lei nº 9.394/96 e ratificada pelo PNE, Lei nº 13.005/2014. Com esse fim, disponibiliza aos seus servidores a experiência e vivência do aperfeiçoamento profissional em sua própria rede ou externa a ela, pautado nos aspectos burocráticos, tecnológicos, midiáticos, administrativos e pedagógicos, viabilizando a apropriação e partilha de conhecimentos, saberes, práticas, métodos e técnicas no que concerne ao fazer no campo educacional (BRASIL, 1996; 2014). Destarte, a qualificação permanente é uma alternativa que pode colaborar para o enfrentamento do adoecimento da camada trabalhadora, especialmente da educação.

A partir desse contexto, o PME de Manaus, Lei nº 2.000, de 2015, assegura a formação continuada aos docentes e demais profissionais que atuam na rede pública municipal de ensino. Por conseguinte, essa legislação inclui a abordagem dos cuidados com a saúde do trabalhador da educação, inclusive os aspectos psicológicos, como sinaliza a Meta 7.33 “Estabelecer políticas públicas que promovam a prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação como condição a melhoria da qualidade educacional” (MANAUS, 2015, p. 8). Portanto, a qualificação contínua torna-se uma estratégia para propiciar o bem-estar dos funcionários da Semed Manaus em seu ambiente de trabalho.

### **3 | OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA SAÚDE MENTAL DO SERVIDOR**

Em 2021, a elaboração do Programa iniciou com a construção da fundamentação teórica para subsidiar suas ações (in)formativas. Para tanto, os formadores realizaram um levantamento bibliográfico nas áreas da psiquiatria, psicologia, formação de professores, metodologia ativa e a legislação trabalhista focada na saúde do trabalhador. Em seguida, executaram um estudo dirigido árduo e instigante, que possibilitou tracejar didaticamente

as atividades a serem desenvolvidas, segundo Libâneo (2018) o planejamento é uma etapa essencial no trabalho pedagógico. Dessa maneira, as ações do programa se constituíram dentro de uma perspectiva de promoção e prevenção da saúde mental dos servidores da Semed Manaus.

Nessa direção as palestras foram planejadas pela equipe formativa com carga horária de 4 horas, a partir de um formato híbrido: 2 horas (*offline*) e 2 horas (*online*), sendo executada pelo *Google Meet*. Ademais, os formadores exploraram como estratégia didática: sala investida, conversa dialogada, mapa mental, além da exibição de vídeos, audição de músicas, recitação de poesia, aplicação de testes de bem-estar e formulário avaliativo. De acordo com Moran e Bacich (2018), a implementação da metodologia ativa possibilita dinamizar a atividade, suscitar a atenção e incentivar a interação dos participantes durante a aula. Contudo, os ouvintes tiveram a oportunidade de questionar e sanar suas dúvidas sobre as doenças psicológicas abordadas nas intervenções.

As palestras foram realizadas por Divisão Distrital Zonal (DDZ), sendo destinado 60 vagas: 30 (matutino) e 30 (Vespertino), sempre nas terças-feiras ou quintas-feiras. Por este motivo, as inscrições ocorriam por meio de um *link* enviado por e-mail aos gerentes pedagógicos das divisões, que encaminhavam para a direção das escolas sob sua jurisdição, em seguida, era compartilhado pelos gestores nos grupos de whatsapp das unidades de ensino. Geralmente, esse procedimento era executado com uma semana de antecedência, para que os participantes pudessem receber a confirmação de sua inscrição e o material de apoio (artigos científicos ou capítulos de livros) para efetivarem a leitura prévia do tema a ser explanado durante o evento. Para Kenski (2013) as tecnologias educacionais vieram para cooperar com os processos educativos, desde que utilizadas com planejamento e intencionalidade pedagógica.

No término de cada palestra era aplicado um formulário avaliativo com perguntas fechadas e abertas, a análise das respostas evidenciou o êxito dos encontros formativos. Para 78% dos participantes consideraram ótimo, frisando a relevância dos assuntos abordados, 20% dos ouvintes atribuíram bom, enfatizando a dinamicidade metodológica das aulas, e 2% dos partícipes conferiram regular, salientado as dificuldades do acesso devido a qualidade do sinal de internet. Segundo Sousa (2000) a avaliação nos permite manter as estratégias exitosas e implementar outros recursos para aperfeiçoá-las, e com isso ampliar os resultados alcançados. Portanto, o processo avaliativo nas formações nos favorece (re)pensar nossas práticas e buscar melhorá-las constantemente.

O programa também disponibilizava o atendimento psicossocial de emergência, que consistia na escuta dos servidores que buscavam ajuda em situações de vulnerabilidade egóica ou em crise. Para tanto, os formadores organizaram um espaço adequado, dentro da sala da equipe formativa, no prédio da DDPM, buscando assegurar o sigilo e a privacidade para a realização do procedimento, o qual era efetivado por um profissional com formação em psicologia. Sobre esse aspecto, enfatizam Mackinnon, Michels & Buckley (2017) a

escuta psicológica é um recurso terapêutico que oportuniza ao indivíduo verbalizar suas angústias e amenizar o seu sofrimento mental. Dessa forma, ela possibilitava o acolhimento dos funcionários da Semed Manaus acometidos por alguma perturbação mental.

Os atendimentos psicossociais eram realizados em momento de emergência visando o bem-estar do servidor. Durante o procedimento os profissionais recebiam orientações quanto ao manejo de suas demandas e eram encaminhados para o departamento de serviço social de suas respectivas divisões para executarem ações burocráticas que viabilizassem o seu tratamento médico-psicológico, quando necessário. Uma vez que, o PSMS não executava acompanhamento psicoterapêutico individual ou grupal, suas atividades centravam apenas nos processos educativos para suscitar nos trabalhadores a autogestão e o autocuidado com sua saúde mental.

O programa também realizava as campanhas mensais de sensibilização que consistem na divulgação de informações sobre temas de saúde, por meio de flyer, card, folder e vídeos, as quais eram: Janeiro Branco (Saúde Mental), *Alzheimer* (Fevereiro Roxo), Epilepsia (Março Lilás), Segurança e Saúde no Trabalho (Abril Verde), Transtornos Depressivos (Maio Cinza), Síndrome de *Burnout* (Junho Vermelho), Transtornos de Ansiedade (Julho Amarelo), Esclerose Múltipla (Agosto Laranja), Suicídio (Setembro Amarelo), Acidente Cardiovascular Cerebral (Outubro Vermelho), Assédio Moral e Sexual (Novembro Azul) e Transtornos Somáticos (Dezembro Verde). Desse modo, a ação visa alertar os servidores para a adoção de estratégias de autocuidado com o seu bem-estar.

A realização mensal dessas campanhas foi essencial para oferecer informações seguras, confiáveis e científicas aos servidores sobre as doenças, especialmente as mentais, durante o período pandêmico marcado pelas *fake news*. Nesse sentido, os materiais produzidos eram encaminhados por e-mail aos gerentes pedagógicos e administrativos das DDZs, os quais compartilhavam com os gestores escolares, e estes com seus professores. Além disso, a equipe formativa realizava *lives* pelo *Instagram* e *facebook* falando sobre o tema alvo da sensibilização. Dessa forma, Tostes, Albuquerque, Silva & Petterle (2018), sugerem que intervir na realidade patológica encarada pelos professores exige dispor de conhecimentos e medidas preventivas para minimizar as instalações de quadros mórbidos.

No início de 2022, o programa foi submetido ao processo avaliativo da liderança da DDPM, devido sua relevância foi aprovada sua continuidade, com algumas reconfigurações. Consequentemente, ele teve alterações em suas atividades, sendo implementado dois cursos formativos, sendo: bem-estar docente no contexto escolar, visando atender o professorado, na modalidade online; e o bem-estar do servidor no contexto escolar, destinado a atender os demais funcionários da Semed Manaus, na modalidade presencial. Os cursos foram planejados com uma carga horária de 20h, sendo distribuída em cinco módulos, envolvendo as dimensões físicas, sociais, econômicas, psicológicas e da espiritualidade. Destarte, eles se tornaram a força motriz da frente formativa.

A equipe do programa ao planejar os cursos adotou a metodologia das palestras,

apenas acrescentando os *e-books*, os quais foram produzidos de acordo com cada módulo, citamos: I – os cuidados com a dimensão física, II – dimensão social e o bem-estar, III – gestão financeira pessoal, IV – dimensão psicológica e prevenção, e V – espiritualidade e saúde mental. Os livros digitais tinham uma linguagem simples aludindo de forma objetiva os conceitos básicos dos temas, possíveis fatores desencadeantes do adoecimento e medidas preventivas, bem como eles foram avaliados por colaboradores externos. Nesse sentido, Moreira & Rodrigues (2018) salientam que promover a saúde dos trabalhadores considerando a realidade sócio-histórico-cultural em que eles estão inseridos, torna o trabalho eficaz e impacta positivamente.

Os participantes do curso bem-estar docente no contexto escolar ao avaliarem a atividade formativa atribuíram o conceito bom. Para eles, as técnicas e dinâmicas incentivaram suas participações, a distribuição e organização dos temas por módulo facilitaram suas aprendizagens e a literatura científica utilizada pela equipe deu confiabilidade e credibilidade em suas informações. No entanto, alguns professores reprovaram a efetivação do curso ser na modalidade remota, alegaram a péssima qualidade no sinal da internet e a limitação da interação humana mediada pela tecnologia. Para Sousa (2000) a avaliação possibilita reconfigurar a prática. Desse modo, os formadores tiveram por meio dessas informações a oportunidade de aperfeiçoarem as ações formativas.

Esse processo avaliativo envolveu também os funcionários que participaram do curso bem-estar do servidor no contexto escolar, que consideraram a formação como ótima. Eles justificaram que ao ser realizada no formato presencial, ela viabilizou o contato humano, a expressão de sua afetividade, aproximou os cursistas dos formadores, rompeu com o isolamento social, ensinou estratégias de autocuidados para evitar o adoecimento mental, e sugeriram ampliar o curso para que outros colegas da rede municipal pudessem vivenciar a experiência da formação. De acordo com Bleger (1984) a promoção do bem-estar deve ser uma ação institucional contínua e sólida. Portanto, o trabalho preventivo se revelou conveniente ao objetivo da qualificação continuada.

A produção e difusão de materiais informativos é uma ação do programa que ainda precisa se efetivar em sua plenitude. Pois, inicialmente, ela consistiu na elaboração dos materiais das campanhas mensais e na confecção dos *e-books* dos cursos, que necessitou de maior investimento de tempo. A pretensão do programa é elaborar materiais pedagógicos, como: jogos educativos, recursos lúdicos, dinâmicas, vídeos informativos e outros para serem utilizados pelos gestores ou coordenadores pedagógicos das unidades de ensino, em suas ações voltadas ao bem-estar físico, social e mental do corpo docente e demais funcionários. Segundo Penteadó & Souza Neto (2019), cuidar da categoria profissional docente é evitar problemas que afetaram o processo educativo nas escolas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

A implantação do PSMS na rede pública municipal de ensino é uma iniciativa inovadora na região, no âmbito educacional. Pois, viabiliza o trabalho preventivo do adoecimento mental dos trabalhadores da educação básica, por meio da formação continuada, que disponibiliza as informações científicas fidedignas sobre o bem-estar físico, social e emocional e as estratégias para mantê-los durante a rotina diária dos servidores da Semed Manaus. Ademais, as atividades formativas seguem um enfoque de promoção e prevenção da saúde, considerando a realidade sócio-histórica-cultural da capital amazonense. Portanto, o programa se constitui como uma intervenção que possuem peculiaridades próprias.

O PSMS se constitui como uma ação de valorização dos profissionais da educação básica. Haja vista, ele ser a materialização da preocupação da Semed Manaus com a saúde dos servidores. Por um lado, a implantação do programa que executa atividades formativas que possibilitasse os seus funcionários a apropriação de medidas preventivas de combate as psicopatologias no ambiente escolar. Por outro, busca suscitar neles o seu protagonismo na autogestão e autocuidado com seu bem-estar e qualidade de vida. Dessa forma, a iniciativa visa evitar ou amenizar os transtornos mentais no quadro funcional da instituição.

As intervenções psicoeducativas do PSMS evidenciava a relevância do trabalho do profissional da área psicológica no recinto escolar. Tendo em vista, que este poderá contribuir significativamente para as ações preventivas e interventivas em educação para a saúde voltadas para o corpo docente e discente e demais funcionários da instituição de ensino. Nesse sentido, reforçamos a importância da implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, pelo município, que assegura a presença do psicólogo escolar/educacional nas unidades de ensino. Desse modo, garantindo os serviços psicológicos aos profissionais e aos estudantes da educação básica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6N6kdJSqHkLg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 17 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 04 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.048, de 6 maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm). Acesso em: 13 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.602, de 07 de novembro de 2011.** Dispõe da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm). Acesso em 16 abr. 2021.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 04 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.339, de 18 de novembro de 1999.** Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339\\_18\\_11\\_1999.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html). Acesso em: 10 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.679, de 19 de setembro de 2002.** Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. Disponível em: [https://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria\\_1679\\_12092014.pdf](https://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria_1679_12092014.pdf). Acesso em: 23 de jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html). Acesso em: 22 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de dezembro de 2012.** Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2013/06\\_jun\\_14\\_publicada\\_resolucao.html](https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html). Acesso em: 13 mar. 2021.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional.** Tradutora Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artmed: 1984.

BACICH, Lillian; MORAN, José (Orgs). **Metodologias Ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prático. Porto Alegre: Penso, 2018.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v7n2/a05.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. (Série de Pesquisa, Vol. 6)

FREIRE, Izabel Freire. **Raízes da Psicologia**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Tempo Docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. (Coleção Papyrus Educação)

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MANAUS, Diário Oficial do Município. **Lei nº 2.000, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Manaus e dá outras providências. Ano XVI, Edição 3674. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/DOM-3674-24.06.2015-Plano-Mul.Educac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MACKINNON, Roger A.; MICHELS, Robert; BUCKLEY, Peter J. **A Entrevista Psiquiátrica na Prática Clínica**. Tradução de Celeste Inthy e Soraya Imon de Oliveira. 3. ed. Porto Alegre, RS: ABP/Artmed, 2017.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Revista Estudos de Psicologia**, Natal, v. 23, n. 3, p. 236-247, jul./set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) –1946**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.1, p.135-153, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Y9Wfn6NphgsptvZBmpZcsSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SOUSA, Clarilza Prado. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 101-118, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eaee/article/view/2218/2176>. Acesso em: 20 mar 2021.

TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S.; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde em Debate** (online), Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2021.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 13, 23, 48, 92, 97, 98, 99, 102, 104, 106, 108

Alunos 97, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 143

Análise fatorial 127, 136

Anarquismo 67, 68, 70, 71, 72

Avaliação psicológica 134, 154, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 166

### B

Bullying 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

### C

Confiabilidade e validade 127

### D

Delírio 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 56

Depressão 16, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 73, 75, 76, 78, 80, 82, 100, 103, 104, 106, 107, 128, 131, 133, 164

### E

Educação especial 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 169

Emoção 26, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 73, 74, 75, 79, 82

Estádio do espelho 1, 2, 4, 5, 6, 11

Estigmas 41, 42, 45, 48, 50

Existencialismo 26, 28, 31, 39

### F

Fantasia 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 56, 57

Fiscalizações 154, 158

Formação continuada 84, 86, 90, 94, 111, 112, 113, 117, 120, 122, 124, 125

Formação de professores 84, 87, 90, 117, 118, 119

### G

Gameterapia 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

### I

Inteligência emocional 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83

## **J**

Jung 4, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 24, 54, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65

## **M**

Meditação 73, 80, 81, 82

Ministério do Trabalho 154, 156, 157, 160, 161, 165, 166, 167

Morte 6, 7, 8, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 71

Motivação 21, 81, 86, 138, 147, 152

## **N**

Narcisismo 1, 2, 4, 5, 11

Normas regulamentadoras 134, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

## **P**

Plantão 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Processo de luto 13, 15, 16, 17, 22, 23

Professores 49, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 132, 133, 136

Psicología 55, 65

Psicologia analítica 13, 14, 15, 19, 20, 23, 24, 54, 58

Psicologia organizacional 154

Psicopatologia 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 40

Psicose 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Psicossociais 61, 84, 87, 92, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168

Psicoterapia 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 40, 58, 102, 134

Psique humana 22, 67, 68, 70, 71

## **Q**

Qualificação permanente 84, 90

## **R**

Razão 6, 15, 50, 57, 73, 79, 81, 86

Reabilitação 88, 90, 112, 114, 138, 139, 142, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152

## **S**

Saúde do trabalhador 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 157, 161, 165

Saúde mental 14, 20, 25, 27, 29, 55, 67, 71, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 101,

106, 107, 108, 109, 129, 131, 150, 156, 161, 167

Sexualidade 5, 10, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 70

Sufrimento psíquico 13, 21, 27, 97, 99, 106

## **T**

Tecnologia assistiva 138, 140, 141, 149

Temporalidade 26, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 99

Transtorno de Espectro Autista 41, 43, 52, 53

## **Y**

Yoga 73, 74, 81, 82

# Psicologia:

Formação profissional, desenvolvimento e trabalho



# Psicologia:

Formação profissional, desenvolvimento e trabalho

